

EXCLUSIVO ASSEDIO SEXUAL

Sena Martins deixa CES após novas queixas de agressão sexual. Vítimas acham “decisão importante, mas insuficiente”

Decisão foi tomada “por mútuo acordo” entre a direcção do centro e o antropólogo, acusado esta semana de agressão sexual por mais duas mulheres.

Joana Amaral Cardoso

4 de Abril de 2025, 16:15 (actualizado a 4 de Abril de 2025, 16:51)



Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra SÉRGIO AZENHA (ARQUIVO)
O investigador Bruno Sena Martins, um dos visados no caso de acusações de assédio sexual no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra nos últimos dois anos, deixou esta sexta-feira de integrar os quadros da instituição, informou a direcção do CES em comunicado. Depois de esta semana o *Diário de Notícias* (<https://www.dn.pt/sociedade/novas-acusa%C3%A7%C3%B5es-de-viol%C3%A0ncia-sexual-contra-investigador-do-ces>) (DN) ter dado conta de duas novas denúncias de agressão sexual visando Sena Martins, o centro de investigação e o antropólogo decidiram terminar “por mútuo acordo” o vínculo que os unia. O Colectivo de Vítimas considera “a decisão importante, mas insuficiente”.

A decisão de findar a relação laboral existente entre o investigador associado e a instituição foi tomada esta sexta-feira, diz a direcção do CES em nota enviada às redacções. “As duas partes entendem não estarem reunidas as condições adequadas para a continuação do seu trabalho de investigação de uma forma serena e produtiva.” O PÚBLICO sabe que na quarta-feira, após a publicação da investigação do DN, o director do CES, Tiago Santos Pereira, enviou

um email aos trabalhadores do centro em que reagia "às denúncias" de duas mulheres "vindas a público" sobre as alegadas práticas de abuso sexual, dizendo que "não tinha conhecimento destas denúncias até à data" e que a direcção iria analisar "as medidas a tomar".

Bruno Sena Martins tinha posto fim à sua auto-suspensão (<https://www.publico.pt/2025/03/17/sociedade/noticia/investigadores-termina-suspensao-momento-nao-ocupa-cargos-institucionais-2126305>) de cargos de responsabilidade e representação do CES em Janeiro, depois de quase dois anos em que se manteve a desenvolver trabalho individual de investigação, enquanto duas comissões distintas investigaram as acusações de assédio sexual, laboral e extractivismo intelectual que, desde Abril de 2023, pendiam publicamente sobre ele, [Boaventura de Sousa Santos](https://www.publico.pt/2023/04/12/sociedade/noticia/brilhante-infelizmente-novas-denuncias-boaventura-sousa-santos-2045876) (<https://www.publico.pt/2023/04/12/sociedade/noticia/brilhante-infelizmente-novas-denuncias-boaventura-sousa-santos-2045876>) e Maria Paula Meneses.

Na altura, a direcção do CES comunicou que, como "o encerramento do processo prévio de inquérito (...) não resultou na abertura de quaisquer processos disciplinares", Sena Martins "levantou a suspensão do exercício de cargos de responsabilidade e representação institucional". O investigador disse, a 17 de Março, à agência Lusa: "Estou plenamente convicto da lisura das minhas acções e certo da minha integridade pessoal e funcional, e não esperava outro desfecho." A direcção do CES detalhou ao PÚBLICO na mesma data que, na altura, [Bruno Sena Martins](https://www.publico.pt/autor/bruno-sena-martins) (<https://www.publico.pt/autor/bruno-sena-martins>) não ocupava cargos institucionais.

No comunicado desta sexta-feira, a direcção do CES não associa directamente a saída de Bruno Sena Martins às novas acusações públicas de que foi alvo, mas, no parágrafo seguinte, reitera que

“continua a reconhecer como válidas e relevantes as conclusões e recomendações contidas no relatório da Comissão Independente (<https://www.publico.pt/2024/03/13/sociedade/noticia/quarto-denuncias-ces-sao-cariz-sexual-2083603>)” reveladas há um ano e que indicam que a hierarquia do centro “propiciou” assédio. E diz-se “comprometida com o desenvolvimento e implementação de uma política eficaz de prevenção e combate a todas as formas de assédio e abuso”. O PÚBLICO questionou a direcção do CES sobre a eventual ligação directa das queixas das académicas Andrea Vásquez e Helen Barbosa dos Santos ao *Diário de Notícias* e a saída de Bruno Sena Martins, mas os responsáveis dizem nada mais ter a acrescentar.

O caso remonta ao artigo “*The walls spoke when no one else would*” (<https://www.publico.pt/2023/09/25/sociedade/noticia/dezenas-investigadores-ces-atacam-corte-inaceitavel-condenavel-artigo-boaventura-2064464>) (“As paredes falaram quando mais ninguém o fez”), parte da publicação *Sexual Misconduct in Academia* (“Má Conduta Sexual na Academia”), da editora britânica Routledge, e ao retrato feito por três investigadoras que passaram pelo CES (Lieselotte Viaene, Catarina Laranjeiro e Miye Nadya Tom) em que discutiam a conduta de três pessoas num centro de investigação, que não era identificado, nem os visados pelas acusações de agressão e assédio sexual e extractivismo intelectual. Os investigadores Boaventura de Sousa Santos, Bruno Sena Martins e Maria Paula Meneses foram assumindo publicamente ser os visados pelas acusações, que negam.

Sobre o antropólogo Bruno Sena Martins recaíam, naquele texto, três acusações de agressão sexual - duas fruto de relatos que chegaram ao conhecimento de uma das autoras e de outra investigadora, e outra das quais alegadamente perpetrada contra uma das autoras do artigo, Miye Nadya Tom - que escrevera ter

sido vítima de “agressão sexual” por parte do “Aprendiz”, figura na qual Sena Martins se reviu, conforme descrito no texto, mas negando sempre ter cometido tal acto.

Esta semana, o *Diário de Notícias* chegou entretanto à fala com as investigadoras Andrea Vásquez, peruana, e Helen Barbosa dos Santos, brasileira, que descreveram dois casos distintos, alegadamente ocorridos em 2017, de violência sexual. Nenhuma das duas foi ouvida. Andrea Vásquez alega ter enviado uma carta em que se identificava como vítima de agressão sexual por Bruno Sena Martins quando era estudante de doutoramento em visita ao CES e “que estava disponível para dar o seu testemunho, desde que lhe garantissem anonimato e confidencialidade”. A comissão, porém, nunca a terá contactado. Segundo a hoje académica de 42 anos, após um convívio que envolveu bebidas alcoólicas e em que não se sentia bem, Bruno Sena Martins, que participava no curso de Verão que a estudante frequentava, abordou-a e penetrou-a com os dedos sem o seu consentimento ou capacidade de resistência.

As duas mulheres também não foram ouvidas pela comissão prévia de inquérito do CES, que terminou os trabalhos em 2024 sem que as suas conclusões se tornassem públicas

(https://www.publico.pt/2024/11/27/sociedade/noticia/direccao-ces-ja-relatorio-assedio-rejeita-acusacoes-boaventura-sousa-santos-2113482?ref=boaventura-de-sousa-santos&cx=page_content) – a direcção do CES comentou, sim, não ter poderes disciplinares ou estatutários para agir.

No caso de Bruno Sena Martins, a direcção do CES confirmou que este pôde regressar em Janeiro a um estatuto que lhe permitiria ter potenciais cargos de responsabilidade no centro “por não terem sido apurados indícios de eventuais infracções relevantes para a instauração de processo disciplinar”.

Já Helena dos Santos disse ao *DN* que, durante o seu estágio no âmbito de doutoramento na Universidade de Lisboa, viajou para Coimbra para uma aula magna com Boaventura de Sousa Santos e que terá sido recebida por Bruno Sena Martins. Descreve um convívio em que o investigador estava alcoolizado e a ida, pré-combinada, para ela e uma colega irem dormir a casa do antropólogo, acusando-o de ter entrado no quarto das jovens e de se ter deitado e agarrado e tocado nas mamas sem o seu consentimento.

Esta sexta-feira, o Colectivo de Vítimas, do qual fazem parte as 13 mulheres que se identificaram como denunciante de Boaventura de Sousa Santos após as conclusões da Comissão Independente não terem identificado quaisquer suspeitos, considerou que a saída de Bruno Sena Martins é “um resultado importante para a segurança das mulheres que continuam a trabalhar e a estudar no Centro de Estudos Sociais”.

Porém, consideram que “um processo justo exigiria que o CES percorresse um caminho muito mais exigente, assumindo responsabilidade institucional por aquilo que aconteceu com as vítimas e responsabilizando os agressores pela violência que exerceram enquanto membros da instituição”. Recordam que não foi dado aos queixosos (nem aos acusados) acesso aos dados do processo prévio de inquérito e que esse mesmo “ilicou a pessoa que agora cessa contrato na sequência de uma reportagem”.

Além de lamentarem o “silenciamento” e “descredibilização” das vítimas e de apontarem “falha institucional na protecção das denunciante”, as mulheres chamam a Universidade de Coimbra a pronunciar-se sobre o tema. “Não há transformação real ou outro futuro sem o reconhecimento completo da verdade.”

Entretanto, o julgamento

(https://www.publico.pt/2025/02/21/sociedade/noticia/julgamento-boaventura-suspenso-ha-mes-sociologo-tera-acesso-parte-conclusoes-inquerito-2123400?ref=boaventura-de-sousa-santos&cx=page_content) de quatro das denunciadas de Boaventura de Sousa Santos movido pelo ex-director emérito do CES continua suspenso, depois de este ter pedido tutela de personalidade para defesa da honra – o que as denunciadas consideram ser uma tentativa de as silenciar e, o acusado, uma forma de ter acesso a mais informação sobre as acusações que sobre ele pendem. Boaventura de Sousa Santos, que tem sido o nome mais mediático e aquele sobre o qual recaem publicamente mais acusações de assédio sexual, afastou-se do CES em Novembro (<https://www.publico.pt/2024/11/26/sociedade/noticia/boaventura-sousa-santos-demitese-ces-coimbra-2113393>) último, queixando-se do “método persecutório” e “linchamento” de que considera ter sido alvo desde a eclosão do caso.



Abrir portas onde se erguem muros

Siga-nos

- ✉ Newsletters
- 🔔 Alertas
- f Facebook
- × X
- 📷 Instagram
- in LinkedIn
- ▶ Youtube
- 📡 RSS

Sobre

- Provedor do Leitor
- Ficha técnica
- Autores
- Contactos
- Estatuto editorial
- Livro de estilo
- Publicidade
- Ajuda

Serviços

- Aplicações
- Loja
- Meteorologia
- Imobiliário

Assinaturas

- Edição impressa
- Jogos
- Newsletters exclusivas
- Estante P
- Opinião
- Assinar

Informação legal

- Principais fluxos financeiros
- Estrutura accionista
- Regulamento de Comunicação de Infracções
- Política para a prevenção da corrupção e infracções conexas
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção
- Relatório de Avaliação Anual 2025 do PPR

[Gerir cookies](#)

[Ajuda](#)

[Termos e condições](#)

[Política de privacidade](#)

EMAIL MARKETING POR



© 2025 PÚBLICO Comunicação Social SA